

BNP PARIBAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As nossas acionistas e clientes:
Submetemos à apreciação de V. Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa nº	2011	2010	PASSIVO	Nota explicativa nº	2011	2010
Circulante		19.579.555	15.296.552	Circulante		17.808.558	13.865.327
Disponibilidades		21.050	10.861	Depósitos	(10)	1.968.934	3.108.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.125.830	6.228.583	Depósitos à vista		44.659	28.286
Aplicações no mercado aberto		509.565	3.399.976	Depósitos interfinanceiros		381.820	706.511
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.616.263	2.811.909	Depósitos em prazo		1.503.533	2.300.912
Aplicações em moedas estrangeiras		-	2.468,68	Depósitos em moeda estrangeira		51.499	59.434
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros diversos		-	-	Outros depósitos		7.423	15.473
Carteira própria	(4)	3.557.887	2.339.193	Captações de longo prazo		1.789.841	2.689.150
Vinculados a compromissos de recompra		1.589.028	1.882.763	Carteira própria		1.153.573	20.820
Vinculados a prestação de garantias		498.554	0.085	Carteira de terceiros		211.881	1.971.130
Títulos objeto de operações compradas com livre movimentação		166.141	176.404	Carteira de livre movimentação		415.387	697.200
Operações de crédito		-	-	Recursos de ações e emissão de títulos obrigatórios por emissão de letras financeiras		56.090	-
Operações de crédito		-	-	Relações interfinanceiras		619	1.348
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6)	(21.757)	(19.489)	Recebimentos e pagamentos a liquidar		8.695	8.314
Operações de arrendamento mercantil		6.629	11.421	Relações interdependências		8.695	8.314
Arrendamentos e subarrendamentos a receber		-	-	Recursos em trânsito de terceiros		8.695	8.314
Sector privado		90.455	67.051	Operações de crédito	(11)	1.342.881	1.342.881
Operações de arrendamento mercantil		183.826	251.589	Operações de crédito		792.448	916.043
Operações de crédito		11.703.337	6.155.931	Repasses do país - Fimame		659.834	428.638
Carteira de câmbio	(7a)	11.580.912	6.059.951	Instrumentos financeiros diversos	(4)	888.332	309.723
Rendas a receber		14.599	16.940	Instrumentos financeiros diversos		988.332	309.723
Negociação e intermediação de valores		868	81	Outras obrigações		11.652.765	6.406.095
Diversas	(8)	106.958	78.975	Outras obrigações		10.956	9.971
Outros valores e bens		1.368	1.119	Carteira de câmbio	(7b)	11.300.958	6.107.897
Despesas antecipadas		-	-	Sociais e estatutárias	(12a)	14.912	18.941
Realizável a longo prazo		4.388.122	3.031.084	Sociais e estatutárias	(12b)	110.051	122.771
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.731.508	1.623.842	Negociação e intermediação de valores	(12a)	3.175	7.247
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros diversos		-	-	Divida subordinada	(12b)	5.184	6.184
Carteira própria	(4)	913.351	669.883	Diversas	(12c)	207.429	133.084
Vinculados a compromissos de recompra		695.521	150.972	Exigível a longo prazo		5.451.264	3.601.476
Vinculados a prestação de garantias		15.082	391.560	Depósitos	(10)	2.752.266	2.300.046
Instrumentos financeiros diversos		202.747	100.690	Operações de crédito		2.752.266	2.300.046
Operações de crédito	(5)	283.274	252.921	Captações em prazo		140.767	63.382
Sector privado		182.748	268.244	Carteira própria		52.090	63.382
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Carteira de livre movimentação		98.677	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber		-	-	Vinculados a ações e emissão de títulos obrigatórios por emissão de letras financeiras		506.694	65.174
Sector privado		267.918	63.171	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	207.615	297.084
Operações de crédito		1.500.514	489.311	Repasses do país - Fimame		117.097	126.276
Rendas a receber	(7a)	12,76.376	244.291	Instrumentos financeiros diversos	(4)	142.505	75.185
Diversos	(8)	27.618	223.282	Instrumentos financeiros diversos		142.505	75.185
Investimentos		22.023	21.268	Outras obrigações		1.701.317	710.625
Participação em controlada no País	(9)	19.030	19.238	Carteira de câmbio	(7b)	1.259.994	241.869
Outros investimentos		2.993	2.030	Fiscais e previdenciárias	(12a)	200.127	183.207
Imobilizado de uso		15.817	16.830	Divida subordinada	(12b)	219.727	259.758
Outras imobilizações de uso		34.617	26.389	Diversas	(12c)	21.859	45.721
Depreciações acumuladas		(18.700)	(15.559)	Resultados de exercícios futuros		3.657	3.132
Depreciação de partes relacionadas		183.628	269.244	Resultados de exercícios futuros		3.657	3.132
Bens arrendados		380.695	243.920	Patrimônio líquido	(14)	1.075.868	1.100.692
Depreciações acumuladas		(48.442)	(24.327)	Capital social		18.846	49.542
Debito		90	90	De domiciliações no País		80.461	56.974
Gastos de organização e expansão		13.161	13.161	De domiciliações no exterior		425.727	177.414
Amortização acumulada		(12.971)	(12.801)	Reservas de lucros		498.758	201.259
Intangível		1.531	940	Ajustes de avaliação patrimonial		9.446	(1.395)
Outros intangíveis		2.007	1.139	Lucros acumulados		61.494	666.640
Amortização acumulada		(2.476)	(139)	TOTAL	TOTAL	24.339.365	18.570.627

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	2011	2010		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	234.188	-	66.512	134.747	2.464	555.500	993.461	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1	-	-	(3.859)	-	(3.859)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	111.090	111.090	222.180	
Saldos em 30 de Junho de 2010	234.188	-	66.512	134.747	-	666.640	1.041.587	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	234.188	272.000	77.225	418.297	13.310	1.015.020	1.967.840	
Homologação do aumento de capital	272.000	-	-	-	-	-	272.000	
Resultado do arrendamento mercantil	-	-	-	-	(3.864)	-	(3.864)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	64.730	64.730	129.460	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas legais	-	-	3.236	-	(3.236)	-	-	
Saldos em 30 de Junho de 2011	506.188	-	80.461	418.297	9.446	61.494	1.075.868	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.526/98, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizada a desenvolver suas operações por meio das cartilhas comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociiedades por Ação e pelo Regulamento das Normas Contábeis Internacionais emitidas pelo Conselho Normativo do BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Todas as demonstrações financeiras requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve incertezas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), a Administração apresenta as demonstrações financeiras consolidadas em moeda funcional de seu interesse. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2011 e de 2010.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DIVERSOS
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2011 e de 2010.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados no resultado do período. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos negativos, sendo transferidos para o resultado do período quando da emissão/tratativa, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap", a termo, opções de câmbio e de juros, são classificados como instrumentos financeiros de acordo com:
- Operações de "swap": diferenciado a receber ou a pagar e contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, a apuração como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem a direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação do prazo dos contratos até a data do balanço.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2011		2010	
	Valor de custo/controlado	Ajuste a mercado	Valor controlado	Valor controlado
Recetas da Intermediação financeira				
Operações de crédito	13.861	-	14.944	-
Depósitos	(10)	17.808.558	13.865.327	-
Operações de arrendamento mercantil	19.859	28.286	19.859	13.031
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	483.442	338.951	483.442	338.951
Resultado com instrumentos financeiros diversos	47.984	163.872	47.984	163.872
Despesas da Intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	(258.034)	(387.587)	(258.034)	(387.587)
Operações de captação em mercado	(384.866)	(305.209)	(384.866)	(305.209)
Operações de empréstimos e repasses	141.835	(152.666)	141.835	(152.666)
Resultado de operações de crédito	(9.872)	86.709	(9.872)	86.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.131)	3.399	(5.131)	3.399
Resultado bruto da intermediação financeira	211.144	169.711	211.144	169.711
Outras receitas (despesas) operacionais				
Recetas de prestação de serviços	58.483	134.939	58.483	134.939
Despesas de pessoal	(66.532)	(47.315)	(66.532)	(47.315)
Operações de participação em controlada	7.705	7.913	7.705	7.913
Outras despesas administrativas	(37.356)	(35.651)	(37.356)	(35.651)
Despesas tributárias	(15.994)	(25.214)	(15.994)	(25.214)
Outras receitas operacionais	1.174.660	351.488	1.174.660	351.488
Outras despesas operacionais	(41.340)	(20.392)	(41.340)	(20.392)
Resultado operacional	130.835	199.355	130.835	199.355
Resultado não operacional	(471)	44	(471)	44
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	130.364	199.399	130.364	199.399
Imposto de renda e contribuição social	(33.187)	(68.863)	(33.187)	(68.863)
Provisão para imposto de renda	(19.948)	(39.604)	(19.948)	(39.604)
Provisão de participação em controlada	(13.239)	(29.259)	(13.239)	(29.259)
Ativo fiscal diferido	4.060	(2.639)	4.060	(2.639)
Participações no lucro	(32.447)	(19.446)	(32.447)	(19.446)
Lucro líquido do semestre	97.870	111.090	97.870	111.090
Lucro líquido por ação - RS	386	665,89	386	665,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	2011		2010	
	Outros	Operações	Futuros	Total
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido ajustado	145.832	122.216	-	268.048
Depreciações e amortizações	2.256	2.428	-	4.684
Provisão de TWM e derivativos	14.970	30.767	-	45.737
Superavaliação de depreciação	(21.766)	(16.253)	-	(38.019)
Resultado de participação em controlada	(7.705)	(7.913)	-	(15.618)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.131	(3.399)	-	1.732
Provisão para fianças	22.463	9.589	-	32.052
Atualização de depósitos jurídicos	16.690	(5.954)	-	10.736
Tributos diferidos	(4.060)	2.639	-	(1.421)
Variação de outros lucros	(14.838)	-	-	(14.838)
Provisão - outras	(10.267)	220	-	(10.047)
Variação de Ativos e Obrigações	158.398	1.725.468	-	1.883.866
Variação em Aplicações em Aplicações Interfinanceiras de liquidez	527.259	(577.906)	-	(50.647)
(Aumento) em Títulos e valores mobiliários e derivativos	(498.780)	(126.893)	-	(625.673)
(Aumento) em Depósitos	(79.557)	5.622	-	(73.935)
(Aumento) em Operações de crédito	42.191	90.655	-	132.846
(Aumento) em Operações de arrendamento mercantil	(3.229.046)	(2.254.875)	-	(5.483.921)
(Aumento) em Outros valores e bens	(556)	(310)	-	(866)
(Aumento) em Operações de arrendamento mercantil	(89.107)	(50.877)	-	(139.984)
(Aumento) em Depósitos	(197.330)	300.457	-	103.127
(Aumento) em Captações no mercado aberto	505.041	902.737	-	1.407.778
(Aumento) em Operações de crédito e emissão de títulos	130.171	65.174	-	195.345
Ativo (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(17.589)	1.144.319	-	1.126.730
(Aumento) em Outras obrigações	3.082	2.242.574	-	2.245.656
(Aumento) em Obrigações por assunção de dívida	-	452	-	452
(Aumento) em Resultados de exercícios futuros	853	412	-	1.265
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	303.930	1.847.423	-	2.151.353
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(Aquisição) de Investimentos	(323)	10.719	-	10.396
(Aquisição) de Imobilizado de uso	(2			



BNP PARIBAS

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

(Continuação) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do Banco BNP Paribas Brasil S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução

de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para conclusão com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante

e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo base para conclusão com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2011, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto atualmente por quatro membros, dos quais três Diretores Estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Riscos Operacionais e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e isso facilite o entendimento das questões tratadas pelo Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelo Comitê de Controles Internos, pela Área de Compliance, Jurídico, de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, oferecer à Diretoria Executiva da Instituição as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando o critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se duas vezes (reuniões 51 e 52) durante o primeiro semestre de 2011. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil.

Dito isso, no âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades.

Ouvidoria

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2011 pelos quais constatou-se que o sistema de gravações telefônicas da Ouvidoria ficou desativado

por problemas técnicos pelo período aproximado de três meses. Essa deficiência técnica foi descoberta pelo próprio Ouvidor durante testes realizados no sistema, permitindo sua solução. Não obstante essa deficiência, os responsáveis pela Ouvidoria esclareceram que durante o semestre em questão nenhuma reclamação foi formulada pelos clientes através dos demais canais de comunicação disponibilizados.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência da Carta de Controles Internos aprovada pelo Diretor responsável, nos termos da Resolução 2554, da qual pôde-se concluir que os sistemas de controle da Instituição foram avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado também que a Entidade prossegue com seus esforços no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna, através de reuniões de acompanhamento mensais com a presença de todas as áreas envolvidas. Não há recomendações em aberto feitas pela empresa de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade a avaliação das demonstrações financeiras trimestral e semestral, tendo o Comitê concluído que estas apresentam consistência, qualidade e clareza adequadas. Como sempre ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com às demonstrações financeiras anteriores. Todas as indagações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram adequadamente respondidas, permitindo concluir que as demonstrações financeiras apresentavam consistência em seus números.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2011. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das suas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido impostas restrições ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou pela Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que integra regularmente seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente.

Auditoria Externa

A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, confirmou ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos. No âmbito dos controles internos, a Deloitte afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem afetar a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Acrescentou que os sistemas internos de controles da instituição estão bem estruturados e que todas as informações solicitadas são sempre recebidas nos prazos ajustados. Atestou que sempre é atendida para o esclarecimento de dúvidas em todos os níveis da Instituição.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também integra regularmente aos seus trabalhos a verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis às demonstrações financeiras da Sociedade e que predomina uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo concluir que a Auditoria Independente também tem desempenhado suas funções satisfatoriamente. Relativamente à circularização de correspondências, a Auditoria Externa confirmou ter sido atendida de forma muito satisfatória pelos assessores e clientes da Instituição, destacando que em alguns setores foi respondida a totalidade das cartas enviadas pela Deloitte.

Conclusão

A partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas e pelos Auditores Internos e Externos, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas a partir de práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil e em consonância com as normas editadas pelos Órgãos de Supervisão Bancária e do Mercado de Capitais.

E considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada no período pelos entes responsáveis da Instituição nenhuma ocorrência capaz de comprometer significativamente a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 18 de agosto de 2011.

Comitê de Auditoria
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.



BNP Paribas Brasil
Mais do que acompanhar os passos de um mundo em mudança, o BNP Paribas é agente desta mudança

O Banco BNP Paribas exerce sua responsabilidade social através do apoio à instituições via FUMCAD* viabilizando assim, ajuda a milhares de crianças e adolescentes de todo o país. É também um incentivador da cultura, através da Fundação Cultural BNP Paribas que apoia via Lei Rouanet** as mais diversas manifestações culturais como exposições, livros, concertos e espetáculos.

Este é o papel de uma instituição responsável em um país em profunda transformação.



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Ouvidoria: 0800-7715999

Sobre o BNP Paribas: O BNP Paribas (www.bnpparibas.com.br) é um dos 5 bancos mais sólidos do mundo de acordo com a Standard & Poor's. Presente em mais de 80 países com mais de 200.000 colaboradores, o BNP Paribas é um líder europeu de escala mundial em serviços financeiros. Mantém posições-chave em três grandes áreas de atuação: Retail Banking, Investment Solutions e Corporate & Investment Banking. Atua como banco de varejo na França, Bélgica, Itália e Luxemburgo. O BNP Paribas conta também com uma presença significativa nos Estados Unidos e com fortes posições na Ásia e países emergentes. No Brasil rating brAAA reafirmado pela Standard & Poor's em 2010.
* Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / ** Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), que institui políticas públicas para a cultura nacional.